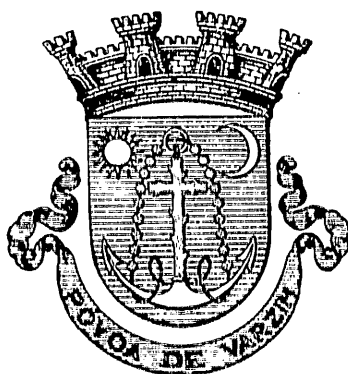


PÓVOA DE VARZIM

BOLETIM CULTURAL



VOLUME II
1959

NÚMERO 1

EDIÇÃO
DA
CÂMARA MUNICIPAL

PÓVOA DE VARZIM

BOLETIM CULTURAL

S. Miguel da Ala

Por MANUEL SILVA

I

Já passou um século, como é sabido, sobre a contenda entre os irmãos Pedro e Miguel, tendo por alvo a ocupação do trono de Portugal, vago pelo óbito de D. João VI. Equivaliam-se os dois Príncipes, se bem que sob orientações inconciliáveis: o Pedro, estrangeiro, maçã, instrumento dócil do sectarismo demagógico, marca 1789; o Miguel, retintamente português, declaradamente protector do catolicismo, aferrado às tradições do passado. Educação e instrução iguais.

O que se não escreveu—Santo Deus!—em defesa das pretensões e direitos dos desavindos, em figadal inimizade! Que intransigência feroz não foi nutrida, entre partidários de um e de outro campo, intransigência que chegou até nós! Quantos lesados na sua fazenda, consideração, liberdade e vida!

Quantos atropelos à lei e ao direito, quantos actos de fraude, de duplicidade, de traição, de mentira e de escândalo se não estadearam no agitado período de 1826 - 1834!

Uma vasta biblioteca se oferece hoje aos que desejem estudar a génese, evolução e termo do rude e célebre conflito, certos de que nada haverá a acrescentar ao volumoso e amplamente documentado processo, em que a História impôs o seu inapelável veredicto.

Houve, sem dúvida, fanáticos, facciosos, que não quiseram ver nem ouvir; que fugiram à admissão das coisas pelo seu nome e valor reais; que se deixaram voluntariamente seduzir por *falsas ideias claras*; que foram vencidos facilmente por preconceitos vãos e pelo indomável anseio de realizar situações lucrativas — e, portanto, tiveram o máximo empenho em fazer vingar a sua opinião, o seu credo, esquecendo que o futuro também possui faculdades de julgador e voz bem alta para se fazer ouvir.

Hoje, já não há quem deixe de reconhecer que o *liberalismo* venceu por um lance da sorte bem patente e pelo vento propício da quadra política da Europa; e, assim, o vencido de Évora-Monte ergue-se dignamente e sobranceiro à turba-multa dos adulteradores

da história do seu tempo, com que foram *envenenados* tantos espíritos de estudiosos, para receber a reabilitação de ter sido, não só Rei de facto, mas de bom direito (Dr. Carlos de Passos — *D. Pedro IV e D. Miguel I — 1826 - 1834*).

No exílio, a que foi votado, D. Miguel teve um procedimento de tal dignidade, que chegou a impor-se à consideração dos próprios adversários; não obstante, nesse exílio, ele não deixou de pugnar pelos seus direitos políticos e pela sua realização, por meios pacíficos ou violentos, o que era humano e razoável, um tentar a sorte, como se deu com seu irmão.

Os amigos de D. Miguel, ainda que dispersos pela derrota, nunca desanimaram, porque tinham elevado o seu Rei ao fastígio do poder, quase que o divinizaram; e, por isso, não causa estranheza que homens como Canais de Figueiredo, genealogista da primeira metade do século dezanove, abrisse as suas *Árvores de Costados das famílias ilustres de Portugal, Algarves, Ilhas, e Índias* com esta estrondosa referência — ao «Muito Alto e Poderoso Rei Fidelíssimo Senhor D. Miguel Primeiro, o Imortal, o Grande, o Invencível, o terror dos Mações e Defensor da Religião Católica»!

E a par do erudito e firme partidário do chefe da legitimidade, que se desentranhava em tão quentes elogios, o povo esfalfava-se a gritar convicto:

«Senhor D. Miguel
Lindo ramalhete,
Qu'ele agora é Rei,
Já não é cadete»

.....

«*Por Deus foi mandado,*
O Senhor D. Miguel»!

Com dedicações tais, não era possível esquecer o nobre exilado; havia que manter ateadada a chama do fogo sagrado no coração dos fiéis a um credo já unguido pelo sangue das batalhas e consagrado na era dos grandes sacrifícios em prol da Nação.

Em 1848 — catorze anos volvidos sobre a desfeita conhecida por *concessão de Évora - Monte* — o partido legitimista, organizado em forma, fundava, para conseguir os seus fins, uma *Ordem* secreta, nova *maçonaria*, de natureza religiosa e política e de característica *nacional*, que se propunha promover o desenvolvimento e esplendor do catolicismo, restabelecer o sistema legitimista ou poder real absoluto e manter a autonomia portuguesa. Os meios seriam pacíficos, mas podia recorrer às *hostilidades armadas*, quando necessário.



« RETRATO
DO
S.^r ANTONIO LUIZ DA ROCHA PEIXOTO

Facultativo em Cirurgia e Medecina, Cirurgião
Mór de Brigada, e Juiz Delegado da
Cirurgia Mór do Reino, dezenhado e
offerecido pelo seu sincero, e cordeal amigo

Verissimo da Rocha Teixeira Soares »

*Retrato a craião, pertencente a seu neto
Coronel José Monteiro da Rocha Peixoto*

A Ordem denominava-se de *S. Miguel da Ala* e compunha-se de noviços, professos e dignitários, sendo os primeiros aspirantes, pagens e escudeiros; os segundos 1.^{os} e 2.^{os} cavaleiros; e os últimos comendadores, grão-cruzes e grão-mestre, sendo este grau reservado a D. Miguel ou, na sua falta, ao Príncipe seu herdeiro e sucessor.

Teve a Ordem filiais em muitos pontos do País e diz-se que chegou a corresponder-se com D. Miguel. De tal segredo se fez rodear, que durou até 1859 e só em 1868 se soube da sua existência.

Para se assemelhar ainda mais à *maçonaria clássica*, a Ordem tinha o seu regulamento interno; os seus membros tratavam-se por irmãos, usavam de nomes convencionais ou de *guerra*, duma linguagem simbólica ou criptográfica e substituíam o uso dos três pontinhos por cinco, postos em cruz. Na correspondência oficial, adoptava-se a fórmula de saudação: — «Deus vos guarde e o Arcanjo S. Miguel vos defenda».

Era, já se vê, um organismo perfeito, no seu género.

(Cf. *Portugal*, tomo I, 114, 1.^a col. — Dr. Carlos Babo, *A Sombra de D. Miguel* — Camilo Castelo Branco, em alguns dos seus livros).

Na Póvoa de Varzim, houve uma filiação ou delegação da famosa Ordem, como se verá em subsequente artigo, competentemente documentado.

II

Na Póvoa, havia, pois, genuínos, fiéis adeptos do legitimismo, partidários autênticos do Sr. D. Miguel I, como em todo o País.

Constituíam eles o 7.^o capítulo, sob a chefia do Comendador D. Afonso Henriques, capítulo este que fazia parte da 2.^a província do Minho, com sede no Porto.

Quis o acaso que ainda hoje exista, bem conservado, um livro de registo de correspondência oficial, que pertenceu a D. Afonso Henriques. São poucos os registos dessa correspondência — onze folhas completas e mais a frente da duodécima, datados de 1852/3.

Tais registos, além de fornecerem alguns dados sobre diversos dignitários da Ordem, contêm matéria histórica e política de interesse, alguma de natureza confidencial, embora não assinalada com esta rubrica.

Pelos registos, vê-se, em primeiro lugar, que é ponto assente a Ordem ter estado em comunicação com D. Miguel, por intermédio dum lugar-tenente, assistente em Lisboa; e que este alto funcionário transmitia instruções recebidas do mesmo, como Grão-Mestre, que era, aos filiados para estes as cumprirem. Por vezes, o lugar-tenente



ANTÓNIO LUÍS DA ROCHA PEIXOTO

*Retrato a craião, pertencente a seu neto
Coronel José Monteiro da Rocha Peixoto*

enviou um seu delegado ao estrangeiro, em missão diplomática de importância manifesta.

A substância dos registos revela que o partido legitimista tratava de esperar acontecimento asado para levar a cabo a restauração do sistema monárquico absoluto, mesmo pela força das armas; e, para tanto, mantinha o *fogo sagrado* entre os correligionários, sustentava imprensa afeiçoada, protegia os carecentes de auxílio pecuniário e procurava, com empenho, proporcionar ao real exilado, já casado com D. Adelaide Sofia, Princesa de Loewenstein — Rosemberg (1851), os fundos precisos para conservar, com decoro, a sua elevada posição e de sua família.

Não importa para a índole deste artigo entrar em mais desenvolvimentos acerca da constituição e vida desta Ordem; mas não será para desprezar a indicação de alguns nomes constantes do livro de D. Afonso Henriques, porque podem auxiliar historiadores da especialidade.

Assim, temos que o Secretário Geral da Ordem era Lourenço Viegas; o Secretário da Província era o Comendador Xavier; havia ainda os Comendadores Metellus, Apimano e Constâncio, que também é apontado como Grão-Cruz; um Escudeiro, D. Nuno Álvares Pereira; e ainda um 1.º Cavaleiro, Vergílio, que foi chefe interino do 7.º capítulo, no mês de Setembro de 1853.

Eis alguns nomes profanos: Joaquim de Araújo Rangel, o Conde-Barão e D. José da Cunha Grãa Ataíde. Tesoureiro do conselho, dando-se ao primeiro o tratamento de *Excelência*.

Acabe-se com o mistério: quem era esse Comendador D. Afonso Henriques, chefe do 7.º capítulo da Ordem na Póvoa de Varzim?

Era António Luís da Rocha Peixoto, cirurgião do partido do Hospital e acérrimo partidário do miguelismo, tido em grande apreço por D. Miguel I.

Rocha Peixoto, pai do cientista António Augusto César Octaviano da Rocha Peixoto (que assim se nomeou e assinou em alguns documentos), era natural de Arcos de Valdevez, filho de José Bento da Rocha Peixoto e de D. Josefa Maria da Silva Queirós e residiu na casa n.º 72, da rua da Silveira (hoje dos apelidos de seu filho António Augusto), onde veio a falecer, em 12 de Novembro de 1874, com 70 anos, idade ligeira mas visivelmente emendada e não ressaltada no assento do óbito, a fl. 63 do livro relativo àquele ano de 1874.

Rocha Peixoto aparentava ter, talvez, mais dez anos de idade.

Disse que o Comendador D. Afonso Henriques foi, através dos desgostos e contrariedades da sua vida, um fiel soldado do miguelismo. Em casa de seus descendentes e representantes, havia

um retrato à pena, em que ele é designado *Cirurgião em chefe do exército de D. Miguel*. Creio que esta qualidade é puramente honorária. D. Miguel honrou mais o seu partidário, apadrinhando, com sua Esposa, o baptismo da filha de Rocha Peixoto, D. Adelaide Sofia Priscília da Conceição da Rocha Peixoto, ainda viva, com geração, em propecta idade.

O Cavaleiro Vergílio, esse não sai das sombras do Além!

A Voz da Póvoa
8/9 e 20/10/1938